26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

MUSEALIZAÇÃO ENTRE CADEIAS: OBJETOS APREENDIDOS E DOCUMENTAÇÃO NO ACERVO NO MPERJ

MUSEALIZATION BETWEEN CHAINS: *CONFISCATED OBJECTS AND DOCUMENTATION IN THE MPERJ COLLECTION*

Matheus Magalhães Simões – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Teresa Cristina Moletta Scheiner – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Resumo: Analisando as tensões entre o aparato disciplinar penal e o processo de musealização, bem como a fricção entre o conceito de "cadeia de musealização" e a materialidade da "cadeia" prisional, problematiza-se a coleta, a documentação e a exposição de artefatos carcerários do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), analisando, em especial, como os objetos ilícitos apreendidos mimetizam a lógica de vigilância das instituições de sequestro. O estudo argumenta que a prática museográfica tradicional, movida por uma vocação ordenadora apolínea, neutraliza a urgência transgressora desses objetos. Ao deslocá-los do ambiente prisional para o MPERJ, sua musealização pode operar subsequente aprisionamento simbólico, convertendo produtos polissêmicos em unidades controladas de informação. Conclui-se que, para não atuar como anexo homologatório da punição estatal, o museu deve entender a complexidade da inserção de certos objetos em sua cadeia operatória, de forma a tensionar o agenciamento de memórias de apenados, grupo historicamente subjugado.
Palavras-chave: musealização; documentação museológica; memória social; sistema penitenciário; relações de poder.

Abstract: This article analyzes the tensions between the penal disciplinary apparatus and the musealization process. Exploring the friction between the concept of "musealization chain" and the materiality of the imprisonment "chain," this text problematizes the collection, documentation and exhibition of prison artifacts at the Rio de Janeiro State Penitentiary

Museum (MPERJ), especially focusing on how seized illicit objects mimic the surveillance logic of institutions of sequestration. It argues that traditional museum practice, driven by an Apollonian ordering vocation, neutralizes the transgressive urgency of these objects. By displacing them from the prison environment to the MPERJ, their musealization can act as a subsequent symbolic imprisonment, converting polysemic products into controlled information units. The paper concludes that, in order not to act as a reinforcement annex of the State punishment system, the museum must understand the complexity of inserting such objects into its operational chain, so as to question the agency of the memories of convicts, a historically subjugated group.
Keywords: musealization; museum documentation; social memory; penal system; power relations.

1 INTRODUÇÃO

Os museus têm sido crescentemente convocados a reexaminar suas funções sociais e políticas na contemporaneidade. A concepção tradicional de museu como um repositório neutro de objetos e narrativas universais vem sendo sistematicamente desafiada por abordagens críticas que o compreendem como um campo de disputas simbólicas e um dispositivo de poder. Teóricas como Eilean Hooper-Greenhill (1992) e Carol Duncan (1995) já demonstraram que o espaço de determinações da pureza formal modernista, demarcadora do museu moderno em sua arquitetura e lógica expositiva, atuou como um instrumento de governo, um espaço para a formação de subjetividades e para a disciplinarização dos corpos e dos saberes. Essa herança, vinculante do museu a lógicas de classificação, hierarquização e controle, torna-se ainda mais evidente em instituições que lidam com memórias sensíveis e atravessadas por relações de poder ainda mais explícitas, como é o caso dos museus penitenciários.

O Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), objeto e contexto desta pesquisa, é um caso exemplar dessa complexidade. A vinculação do Museu à Escola de Gestão Penitenciária e sua localização no Instituto de Perícias Heitor Carrilho demonstram o alinhamento institucional potencialmente impactante quanto à forma como a memória carcerária é construída e divulgada, levantando questões sobre os limites entre preservação histórica e reafirmação de estruturas de domínio.

Assim, a análise do espaço sob perspectiva museológica deve considerar não apenas a materialidade do acervo, mas também a ecologia de relações em que ele está imerso, incluindo as escolhas curatoriais guias de sua narrativa e influenciadoras da percepção pública sobre o sistema prisional, as formas de aquisição que orientam a constituição de seu acervo e a documentação que se impõe a partir destes objetos.

Diante desse cenário, refletindo sobre o trânsito de artefatos entre o universo carcerário e o espaço museal, mobiliza-se o conceito de “cadeia de musealização” - compreendida como processo operatório de descontextualização e recontextualização -, tensionando-o com a materialidade da “cadeia” penal e o contexto de origem destes objetos.

A hipótese central postula que, ao se amparar em pretensa neutralidade técnica ordenadora, a musealização corre o risco de reproduzir o aparato disciplinar, operando um segundo encarceramento simbólico do objeto e, por extensão, das subjetividades nele contidas.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e exploratório, estruturado a partir de revisão bibliográfica sobre teoria museológica e sociologia da punição, aliada à observação direta no MPERJ, realizada em 2023. A partir do exame dos dispositivos expográficos da mostra de longa duração - especificamente vitrines, etiquetas e painéis interpretativos -, a análise recai sobre as escolhas curatoriais e documentais dos objetos classificados sob a taxonomia 'apreensões'. O tratamento analítico cruza o discurso institucional materializado na expografia com a literatura especializada, evidenciando as limitações ético-políticas da documentação e apontando para a necessidade de práticas museológicas capazes de assumir maior insubordinação do objeto frente a memórias historicamente silenciadas.

2 O MPERJ E O DISCURSO INSTITUCIONAL

O Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), vinculado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), originou-se em 1991 para preservar a memória do sistema penal fluminense. Transferido em 2016 para o antigo Hospital de Custódia Heitor Carrilho, o museu expandiria sua conservação documental e áreas expositivas. Como instituição diretamente atrelada ao aparato prisional, a trajetória do MPERJ suscita dilemas museológicos sobre a preservação seletiva do patrimônio, evidenciando um campo de disputa simbólica a partir de suas narrativas institucionais e que revela os mecanismos de poder, seleção e esquecimento intrínsecos à construção da memória carcerária e psiquiátrica. Atualmente, o MPERJ mobiliza tanto acervos e arquivos quanto exposições, atualizando e comunicando discursos a respeito do passado prisional, sendo a exposição de longa duração um dos principais dispositivos pelos quais essas disputas de sentido se tornam visíveis.

Dirigido por José Paulo de Morais Souza, policial penal e doutor em Memória Social

pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o MPERJ apresenta abordagem museográfica que leva em consideração os principais atores sociais envolvidos no processo de encarceramento, os profissionais atuantes no sistema penal (entre policiais e agentes de saúde) e os apenados[1]. Em uma abordagem crítica, que não é norma em museus congêneres, considerando a complexidade do tema e os discursos repressivos envolvidos, a exposição de longa duração "As prisões ao longo da História" apresenta um conjunto singular de testemunhos materiais e simbólicos que, assumindo estatuto de objeto de museu, documentam a trajetória do sistema prisional fluminense[2].

3 POLISSEMIA DOS OBJETOS PRISIONAIS

Em "As prisões ao longo da História", o percurso museográfico traça uma cronologia iniciada ainda no período imperial, e se estende até as dinâmicas contemporâneas do encarceramento, destacando transformações nas arquiteturas prisionais, nos dispositivos disciplinares e nos imaginários construídos em torno da pena. A diversidade de seu acervo acompanha e sustenta essa proposta curatorial ampla, oferecendo panorama denso e multifacetado das formas de controle, punição e memória no contexto carcerário.

Composto de forma não-orientada e espontânea a partir de doações ou aquisições derivadas de unidades prisionais, hospitais de custódia[3] ou demais órgãos ligados à administração penitenciária, os objetos de seu acervo foram selecionados por policiais penais, agentes penitenciários ou terapeutas ocupacionais destas instituições. Compõem o acervo desde vestígios históricos que remontam à fundação do complexo da Frei Caneca a objetos utilizados no cotidiano do sistema penitenciário, e ainda documentos textuais variados, fichas de psiquiatria forense, registros fotográficos, placas comemorativas, mobiliário variado,

[1] A terminologia utilizada para se referir ao universo do cárcere é empregada de forma consciente, reconhecendo que os termos não são neutros ou plenamente consolidados. Expressões como sistema penal, penitenciário ou prisional, embora relacionadas, apontam para ênfases distintas: a primeira remete à lógica jurídica mais ampla da punição (poena); a segunda, à missão histórica de reforma e penitência (paenitentia); e a terceira, à materialidade concreta do confinamento (prehensio). De modo análogo, a designação dos sujeitos varia: enquanto "apenado" e "presidiário" são termos tradicionais ou legais, a escolha por "pessoa privada de liberdade" (PPL), em linha com as diretrizes de direitos humanos, busca sublinhar a condição de sujeito que precede a situação de pena. A alternância entre esses termos ao longo do texto busca, portanto, refletir a nuance de cada contexto abordado.

[2] O Complexo Penitenciário da Frei Caneca teve origem na Casa de Correção da Corte, a primeira penitenciária da América Latina, cuja construção foi iniciada em 1834 e concluída em 1850. Ao longo dos anos, o conjunto abrigou diversas unidades prisionais e desempenhou papel central no sistema carcerário brasileiro.

[3] Em especial do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) Henrique Roxo em Niterói, origem de parte significativa do acervo pictórico do MPERJ.

produções artesanais e industriais fruto do trabalho prisional e pinturas produzidas em oficinas terapêuticas. Há também materiais apreendidos considerados ilícitos - entre os quais um celular escamoteado em uma bíblia, jogos de azar (dominó, baralho e roleta), utensílios domésticos adaptados (liquidificador e destilador de álcool, entre outros), cachimbos, máquinas de tatuagem, armas improvisadas e instrumentos de fuga -, um conjunto do acervo que recebe o nome de "apreensões"[4].

Figura 1 - Detalhes de vitrines com objetos sob a categoria "apreensões"



Fonte: arquivo pessoal (2023).

A inclusão de materiais ilícitos apreendidos nas unidades prisionais pela curadoria[5] pode explicitar para o público a capacidade da criatividade e imaginação humanas em operar em situações de radical privação, trabalhando com a transformação de objetos improvisados. Mas, ao mesmo tempo, pode reforçar a dimensão disciplinar da exposição, sugerindo uma leitura que enfatiza o controle sobre os corpos encarcerados, em detrimento de uma perspectiva crítica sobre os processos perpetuadores, ao longo do tempo, da criminalização de determinados grupos sociais. Apresentar objetos oriundos de apreensões poderia, assim, conter certo caráter denunciador, apresentando o ilícito, a ação ilegal ou uma certa intenção reincidente ao crime se perpetuando entre os apenados mesmo em ambientes controlados,

[4] Categoria dada pelo próprio Museu na catalogação do acervo para definir este grupo amplo de objetos, criados e mantidos de forma ilícita, que porventura são recolhidos nas instituições.

[5] A mostra "As prisões ao longo da História" é desvinculada de autoria sobre sua concepção, inferindo-se derivar de escolhas curatoriais advindas de um processo colaborativo entre membros da equipe gestora do MPERJ, buscando comunicar uma visão institucional sobre o acervo.

obrigando o trabalho curatorial a contextualizar com responsabilidade o tema.

Essas peças em específico revelam o vínculo institucional direto entre o Museu e os mecanismos estatais de controle. Em sua integração ao acervo, cada item é submetido a procedimentos de catalogação e identificação, sendo acompanhado por etiquetas informativas e painéis interpretativos que conformam um sistema classificatório voltado à ordenação e inteligibilidade do acervo. No entanto, a vida pregressa destes objetos é oriunda de um sistema que primeiro os enquadrou como prova material que, submetida a perícia ou análise, atestou a materialidade de fato delituoso[6]. A narrativa pregressa atribuída ao objeto é a do policial penal. A partir dela, sob a taxonomia de "apreensão", ocorre posteriormente a seleção para sua nova vida como objeto de museu.

No Museu, este processo de classificação, ao tentar normatizar e atribuir sentidos fixos aos objetos, pode também apagar ambiguidades presentes em seus percursos anteriores. Evidencia-se os limites e disputas inerentes à documentação em museus de acervos carcerários, ao não se processar que o discurso no museu parte de agentes dos órgãos de repressão. A anulação do autor[7], buscada desde sua origem pois deseja-se o anonimato para resguardo da imputação ao crime, é deslocada para uma autoria sistêmica, de um ambiente produtor de objetos precários e ao mesmo tempo sofisticados em seu potencial inventivo.

A integração ao Museu destes objetos do cotidiano carcerário implica riscos éticos e epistemológicos. Ao serem descontextualizados de seu ambiente original e exibidos em vitrines, esses objetos podem ser estetizados ou convertidos em representantes de certa espetacularização, ao distanciar o objetivo do encarceramento enquanto forma de reabilitação do apenado. A ilicitude exposta dos já apenados pode perpetuar a estigmatização de corpos e práticas associadas à criminalidade como intrínsecas a certos indivíduos e fadadas à reincidência, mesmo em ambientes restritos de controle. Como alerta Foucault (2013), o sistema penal moderno não se limita à reclusão física, mas se estende por meio de dispositivos discursivos fabricantes de verdades sobre o "delinquente"[8], consolidando formas de exclusão

[6] A partir da Lei de Execução Penal que irá determinar, de acordo com o objeto, seu tratamento como falta grave ou crime.

[7] A musealização de objetos apreendidos em contexto prisional também deve observar os direitos da personalidade e as diretrizes de proteção de dados. Recomenda-se a anonimização dos dados biográficos do apenado para mitigar o risco de reestigmatização e violação à honra (Art. 5º, X, da CF/88; Lei 13.709/2018), priorizando-se a análise da materialidade do artefato em detrimento da exposição nominal do sujeito.

[8] Foucault utilizaria o termo "delinquente" em contraponto ao de infrator; alguém cujos saberes disciplinares classificaram e transformaram em um perfil específico de criminoso para além da infração, e que justifica sua vigilância contínua. Foucault afirma ainda que "o correlativo da justiça penal é, sem dúvida, o infrator, mas o

e controle social. No caso da prática reiterada, "[...] através da reincidência, aquilo que se visa não é o autor de um ato definido pela lei, mas o sujeito delinquente, uma certa vontade que manifesta o seu caráter intrinsecamente criminoso" (Foucault, 2013, p. 136). Logo, a quem a reificação do discurso do criminoso reincidente interessaria? Expor tais objetos fabricados à margem da lei evidencia a necessidade de uma abordagem crítica que problematize os modos de sua apresentação e os efeitos simbólicos que possam produzir.

Como argumenta Pierre Nora (1993, p. 28), os objetos de memória não apenas evocam o passado, mas o constroem a partir de um regime específico de visibilidade e significação, para recuperar uma história que "repousa, afinal das contas, sobre o que ela mobiliza, um laço firme, impalpável, apenas dizível, o que permanece em nós como apego carnal desenraizável a esses símbolos, no entanto, já murchos". Assim, o acervo do MPERJ também pode mobilizar novas aberturas de significação, quando abordadas a partir de perspectiva crítica, que pode servir à reconstrução de narrativas outras ainda não identificadas pela instituição museológica. Contudo, tal esforço requer permanente vigilância ética por parte da instituição, sobretudo no que diz respeito à representação de sujeitos privados de liberdade e à exposição de objetos produzidos em contextos de extrema vulnerabilidade. Esta preocupação constante, exercida agora pelo Museu e suas práticas representacionais, paradoxalmente espelha os mecanismos de controle outrora caracterizadores do regime prisional, exigindo da Instituição consciência da disposição urgente de tensionar seus limites.

4 CADEIA DE MUSEALIZAÇÃO E LIMITES DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação em museus representa uma etapa fundamental para a construção de sentidos atribuídos ao acervo, por organizar e registrar os dados técnicos das peças, e estruturar a forma como estas são pesquisadas, interpretadas e comunicadas posteriormente pelo museu. No caso do MPERJ, a inexistência de política de seleção ativa[9] dentro da cadeia de musealização revela não apenas a ausência de um critério curatorial estruturado, mas também enfraquecimento dos procedimentos documentais, dificultando a construção de

correlativo do aparelho penitenciário é alguém diferente; é o delinquente, unidade biográfica, núcleo de 'perigosidade', representante de um tipo de anomalia" (2013, p. 352).

[9] A seleção ativa refere-se ao processo consciente e estratégico de aquisição de objetos para um acervo museológico, visando documentar de forma mais objetiva a realidade. Para Stránský, consiste no processo deliberado de identificar na realidade os objetos que melhor testemunham um fenômeno, ou seja, aqueles que possuem "musealidade". Este ato de seleção é o primeiro passo para descontextualizar o objeto de sua função original e reinseri-lo em um novo sistema de conhecimento (Desvallées; Mairesse, 2011, p. 918).

textualidades coerentes e eticamente fundamentadas sobre o universo penitenciário representado[10]. A documentação se dá em meio à intrincada relação entre ordem e contingência, dada a heterogeneidade e imprevisibilidade da constituição de seu acervo, formado majoritariamente por meio de doações pontuais oriundas de unidades prisionais, hospitais de custódia e outras instituições do aparato estatal penal. Logo, apartando-se do processo de seleção, o rigor informacional[11] necessário ao processo museográfico da documentação se torna comprometido. E considerando tal ausência de dados estruturados a partir de um acervo tão sensível quanto o do MPERJ, apresenta-se agravamento entre a natureza ambígua e politicamente carregada dos objetos e o que deveria ser contextualizado a partir deles.

A dinâmica classificatória, indispensável à gestão do acervo, pode ser analisada à luz do conceito de "cadeia de musealização" (ou cadeia museológica, para determinados autores). Trata-se de um encadeamento de operações técnicas e epistemológicas - que incluem seleção, coleta, conservação, documentação, interpretação e comunicação - pelas quais os objetos são transformados em bens culturais a que foram atribuídos um valor específico, a musealidade, conforme Stránský[12]. Esta cadeia de operações excede o âmbito dos próprios espaços museais como se imagina, porque entende-se que "[...] a cadeia da musealização não começa e tampouco se limita aos museus; isto porque a musealização tem início no campo (terrain), onde os objetos são coletados" (Brulon, 2018, p. 198). Antes de converter-se em objeto de museu, portanto, o objeto já sofreria um interesse prévio no próprio ambiente, meio e contexto originais dos quais foram retirados. No caso do MPERJ, este interesse se dá principalmente nas unidades prisionais fluminenses, por policiais penais,

[10] Embora busque representação mais sistemática da realidade, essa seleção é, em si, manifestação de certa autoridade que define o que é digno de memória, separando o objeto de seu contexto original para transformá-lo em um testemunho a ser interpretado pelo Museu. Seria a seleção um exercício de poder análogo àquele que, no sistema penal, sentencia aquele que deve ser capturado e submetido a um novo regime de visibilidade e controle? A ausência de tal política no MPERJ, como defendemos, resulta em um problema distinto oriundo de coleção formada pela contingência, e não por um projeto documental - ainda que este fosse, por si só, também passível de contradições.

[11] Como aponta José Mauro Matheus Loureiro, "[...] a documentação é aquela que mais fortemente delineia a preeminência do sistemismo nos museus" (2008, p. 27). Sem essa base sistêmica, a informação fragmenta-se e o objeto perde seu potencial de comunicação e pesquisa.

[12] É importante notar que, embora o termo exato "cadeia de musealização" não seja uma formulação original de Stránský, foi a sua teoria que estabeleceu as bases para se pensar a musealização como um fluxo processual ao decompor a prática em três etapas sequenciais e interdependentes (seleção, tesaurização e comunicação). Stránský forneceu o modelo lógico que, posteriormente, a museologia francófona através de André Desvallées e François Mairesse descreveria e popularizaria usando a expressão "cadeia operatória" (chaîne opératoire).

terapeutas clínicos, técnicos ou agentes penitenciários. O termo cadeia de musealização na teoria museológica se entende como um parâmetro que identifica um processo linear, uma sequência racional e orientada que pressupõe a existência de uma intencionalidade clara e de um fluxo de informação relativamente contínuo. No contexto prisional, entretanto, essa cadeia adquire uma ressonância simbólica particular: além de descrever a sequência linear de etapas museográficas, ela reverbera a realidade do encarceramento desde sua origem, evocando a cadeia como espaço físico e dispositivo de controle social que dá origem ao que vai ser institucionalizado.

> A correlação entre cadeia museológica e cadeia penal oferece uma chave de leitura para compreender as tensões inerentes ao processo de musealização de objetos provenientes do ambiente carcerário. Como observa Bruno Brulon, a musealização depende de uma intenção, mas está sujeita às mais diversas mudanças nos valores em negociação por meio das disputas por regimes de valor que são, em última instância, regimes pela verdade e pela vontade de controlar as realidades sociais em que são aplicados (Brulon, 2018, p. 203).

Esta dinâmica evidencia a natureza eminentemente política dos processos de constituição de museus e de seus acervos. No caso específico da caracterização como “de museu” dos objetos carcerários, tal processo requer um cuidado ainda maior, pois lida com experiências potencialmente marcadas por eventos traumáticos dos indivíduos privados de liberdade.

Esta dinâmica evidencia a natureza eminentemente política dos processos de constituição de museus e de seus acervos. No caso específico da caracterização como “de museu” dos objetos carcerários, tal processo requer um cuidado ainda maior, pois lida com experiências potencialmente marcadas por eventos traumáticos dos indivíduos privados de liberdade.

Ao serem deslocados do contexto original - o espaço de reclusão - para o ambiente museal, esses objetos passam pela transposição física e semântica, reinscritos em um novo regime de significação ou de acréscimo e superposição de significações. Este processo pode reproduzir estigmas e reforçar hegemonias, ou, ao contrário, desencadear leituras desafiadoras do imaginário punitivista vigente. Tal ambivalência contida na noção de “cadeia” - ora prisional, ora museológica - permite uma inflexão do processo museográfico visto pelo prisma da teoria da museologia no contexto do MPERJ: assim como os sujeitos encarcerados, os objetos que compõem o acervo transitam entre diferentes sistemas de controle, passando do regime prisional para o regime museal, ambos submetidos a mecanismo de vigilância,

normatização e enquadramentos simbólicos.

A entrada do objeto em um museu significa em última instância que se encarcerou um objeto. A dinâmica da musealização, como aponta Hughes de Varine, espelha a lógica de confinamento, pois "[...] o objeto 'musealizado' é retirado de circulação definitivamente. Não servirá mais senão no quadro das exposições, permanentes ou temporárias, em um ambiente também protegido" (Varine, 2012, p. 174). Com naturezas processuais distintas, a entrada de tais objetos no Museu pode ser compreendida como um segundo aprisionamento simbólico - agora sob as lógicas da seleção e separação como item do acervo, sua conservação, documentação e exposição. O museu tradicionalmente opera sob vocação essencialmente "apolínea" ou ordenadora (Scheiner, 1998), buscando impor sua individuação pela classificação e organização. Porém, certos objetos prisionais nascem excessivamente ambíguos, inerentemente provisórios e precários, marcados pela subversão e pela transgressão da vida. Operando assim na ruptura dionisíaca, até que o aparato disciplinador jurídico, e o operatório museal, façam sua transposição semântica: instrumentos de crime, corpos de delito, provas materiais, indícios (segundo os saberes jurídicos), e posteriormente, objeto de museu. Sob as lógicas apolíneas da seleção, conservação e documentação, o objeto é submetido a uma nova arquitetura de poder.

Como argumenta Foucault (2013), os poderes disciplinares não se manifestam exclusivamente nas estruturas da prisão, eles também residem além do limite, uma antecipação; antes se disseminam por diversas instituições que operam por meio de classificação, do registro e da observação sistemática, convertendo indivíduos - e, no caso de museu, objetos - em unidades controladas de informação. Os objetos de museu também possuem antecedentes: não são isentos de um percurso de controle e significação nem podem ser absolvidos das mesmas lógicas normativas que historicamente sustentam o encarceramento.

Espera-se, assim, que o Museu exerça um papel ativo na ressignificação dos sentidos sociais da pena e do encarceramento, ao documentar e interpretar criticamente seus objetos. A recusa do museu em atuar como mero anexo homologatório do aparato punitivo exige uma torção radical em seus processos de significação. Em contextos de reclusão, onde o registro histórico sempre operou como uma extensão da vigilância, a documentação em museus deveria insubordinar-se à assepsia da ficha catalográfica para ser capaz de atribuir visibilidade e reconhecimento institucional a histórias de sujeitos privados de liberdade, entrelaçando a

informação entre fragmentos, lacunas e contradições como tiras de lençóis empregadas para uma fuga. Talvez encontrando-se postura mais polifônica, deslocada dos relatórios oficiais de apreensão para a inclusão de narrativas orais, testemunhos de egressos ou que incluam análises mais críticas ao sistema penal e suas práticas. Se, por um lado, os museus podem operar como aparelhos de poder e saber, por outro também devem oferecer brechas para a emergência de narrativas contra-hegemônicas.

Diante de objetos portadores de forte carga identitária e de autoconsideração dos apenados, como aqueles produzidos em oficinas de arte ou os que atestam a busca pela liberdade, os próprios processos da cadeia de musealização precisam ser repensados. Nesse cenário, a documentação em museus deve ser entendida como atividade que ultrapassa a mera descrição formal e se configura também em gesto político: aquilo que se nomeia, que se registra e que se expõe ganha legitimidade. O desafio enfrentado pelo MPERJ se encontra na elaboração de práticas documentais identificadoras das limitações da lógica classificatória tradicional e do modelo técnico linear e normativo, reconhecendo a potência mobilizadora de discussões do acervo. Por exemplo, caso se busque promover uma desestabilização taxonômica renunciante ao monopólio do vocabulário policial que reduz o artefato a “ilícito”, “apreensão” ou “arma”, podendo incorporar descritores que evidenciem maior complexidade enquanto portador de características originais e inventivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trânsito do objeto do sistema carcerário para o espaço museal transcende a mera salvaguarda patrimonial, instaurando, paradoxalmente, o risco de um duplo aprisionamento. A fricção conceitual e prática entre o aparato coercitivo penal e a “cadeia de musealização” aqui pretendida evidencia que o museu não opera como um local de guarda de objetos isento de inclinações coercitivas em sua origem. Pelo contrário, o aparato museológico abriga uma vocação latente para o controle simbólico, capaz de reencenar, sob a justificativa da preservação e da organização, as mesmas dinâmicas de exclusão, classificação e silenciamento estruturais do cárcere. Nesse cenário, a produção de discursos institucionais sobre o acervo e o distanciamento da documentação do contexto de sua produção, intermediado pelas instâncias prisionais ou jurídicas, pode atuar como novos encarceramentos, diminuindo a complexidade e as controvérsias inerentes aos objetos de museu produzidos em contextos prisionais.

A superação desse segundo encarceramento exige, portanto, a recusa categórica da pretensa neutralidade técnica dos procedimentos museográficos. Impõe-se à documentação e à curadoria assumir o reposicionamento destes artefatos - não como provas materiais de delinquência ou indícios ilustrativos do aparato repressor, mas como testemunho de subjetividades em privação de liberdade. Tensionando a normatização do discurso pelas ambiguidades intrínsecas à punição estatal, o Museu poderá converter as lacunas de sua cadeia operatória em linhas de fuga, capaz de liberar-se enquanto instrumento efetivo de política de memória, agência e justiça social.

REFERÊNCIAS

BRULON, Bruno Cesar. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/626268374/Passagens-Da-Museologia-A-Musealizacao-Como-Caminho-Paula-Pereira-Pinto. Acesso em: 23 out. 2026.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (org.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

DUNCAN, Carol. **Civilizing rituals**: inside public art museums. Londres: Routledge, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2013.

GREENHILL, Eilean Hooper. **Museums and the shaping of knowledge**. Londres: Routledge, 1992.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (org.). **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 24-32. (MAST Colloquia, v. 10). Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [*s. l.*], v. 10, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 23 out. 2026.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas**: museu, gênese, ideologia e poder. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998. Disponível em: https://search.worldcat.org/pt/title/Apolo-e-Dioniso-no-templo-das-musas-:-museu-genese-ideia-e-representacoes-na-cultura-ocidental/oclc/46757510. Acesso em: 23 out. 2026.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. A museologia e os museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 288-301, jan./jul. 2020. Publicado originalmente em: ICOFOM Study Series, n. 12, p. 287-292, 1987. Disponível em: https://doi.org/10.26512/museologia.v9i17.31601. Acesso em: 10 nov. 2026.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.